

Enredamentos de mobilizações: A Comissão de moradores do Morro da Providência e suas tramas de resistência

Felipe Rangel Tavares¹

Resumo. O presente artigo busca analisar as resistências que se articulam em redes a partir da construção de tramas, isto é, uma espécie de tecelagem sócio-espacial, que vai conectando vários fios e criando enredos fundamentais para o êxito de iniciativas que contestam a deterioração das relações sociais no contexto de uma urbanização planetária. Partimos de um exame das práticas espaciais engendradas pela Comissão de Moradores do Morro da Providência. Propomos a noção de “tramas de resistência” como categoria de análise e de ação – no sentido de intervenção/interpretação política no âmbito do lugar – para evidenciar a necessária articulação multi e transescalar em rede de atores e práticas espaciais de resistência-contestação-emancipação.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Redes; Tramas; Morro da Providência; Rio de Janeiro.

MOBILIZATION ENTANGLEMENTS: THE RESIDENTS' COMMISSION OF MORRO DA PROVIDÊNCIA AND ITS RESISTANCE PLOTS

Abstract: The present article seeks to analyze the resistances that articulate themselves in networks through the construction of plots, that is, a kind of social-spatial weaving, which connects various threads and creates fundamental entanglements for the success of initiatives that contest the deterioration of social relations in the context of a planetary urbanization. We start by examining the spatial practices engendered by the Morro da Providência Residents' Committee. We propose the notion of "resistance plots" as a category of analysis and action - in the sense of political intervention/interpretation in the realm of place - to highlight the necessary multi and trans-scalar networking of actors and spatial practices of resistance-contestation-emancipation.

Keywords: Social movements; Networks; Plots; Morro da Providência; Rio de Janeiro.

¹ Doutor em Geografia PUC-Rio. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ-FEBF). E-mail: tavares.geo@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0482-6865>

Introdução

De acordo com Neil Brenner (2013) a problemática urbana contemporânea é definida pela extensão desigual do processo de destruição-criativa capitalista em escala planetária e a dialética implosão-explosão afirma-se como horizonte analítico, empírico e político fundamental para qualquer teoria crítica de urbanização no século XXI. Considerando o horizonte político e os atuais debates sobre o direito à cidade, em torno da política do espaço e da luta pelo bem comum local em grandes cidades, Brenner (2013) pontua sobre a necessidade de conectar as lutas ao largo dos mais variados cenários de urbanização estendida, afirmando que camponeses, pequenos proprietários de terra, trabalhadores agrícolas, populações indígenas e setores afins estejam unidos na busca de um mesmo objetivo político. Isto porque, para o autor, novos vetores de luta social e urbana cristalizam-se e a cidade não pode mais ser concebida apenas como um sítio ou cenário de conflitos políticos, pois as condições urbanas aparecem com um meio para modificar as estruturas políticas-econômicas e as formações espaciais gerais do capitalismo mundial (BRENNER, 2013, p.43).

Tal perspectiva corrobora com a tese de Harvey (2014), para o qual, algum tipo de luta de classes está inevitavelmente envolvido no processo de urbanização, este, crucial para a história da acumulação do capital. Neste sentido, a proposta do geógrafo de “reivindicar a cidade para luta capitalista”, consiste em considerar que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política (HARVEY, 2014). Ele propõe, para além disso, a reivindicação do direito à cidade, o que “equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p.30). Este “poder configurador” é uma característica essencial do “arquiteto rebelde”, que pressupõem a capacidade de pensar e agir de maneiras radicalmente diferentes, isto é, “pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas” (HARVEY, 2011, p.305). A inclinação à

rebeldia define-se pelo empenho do ser social em transformar o mundo e apropriar-se de seu destino social individual e coletivo. Sendo assim, a partir da análise de Brenner (2013) e Harvey (2014), torna-se evidente algum tipo de articulação coletiva de iniciativas, lutas e movimentos na direção da negação e superação do estado de coisas atual.

Ao nos debruçarmos sobre as espacialidades mais ligadas à apropriação, lançamos mão do conceito de mobilizações, concordando com Ferreira (2013) ao se referir à necessidade de incorporar maneiras novas e alternativas de insurgência e contestação, desprendendo-se dos debates e reflexões que não condizem com o tempo presente e, para além disso, rejeitando as hierarquizações, que desqualificam ativismos e outras formas de engajar-se politicamente em detrimento do tradicionalismo de determinados movimentos sociais. Deste modo, ao lançar mão do conceito, pretendemos notabilizar, além das práticas espaciais alternativas de contestação e reivindicação, as ações em âmbito espacial capazes de criar um outro espaço para outras e novas relações sociais, no sentido de uma cidade anti-capitalista. Para Ferreira (2011), a construção de uma percepção da necessidade de participação, no âmbito da população – na definição do futuro das cidades – deve ser um projeto que integre a capacidade imaginativa com novas formas de associação e mobilizações, levando em conta o curto, médio e longo prazo em suas reivindicações, o que nos aproximaria do verdadeiro direito à cidade: o direito de pensar e construir uma outra cidade.

Na perspectiva da revolução urbana e do direito à cidade propostas por Henri Lefebvre, “mudar a vida” e “mudar a sociedade” nada significam se não há produção de um espaço apropriado. É preciso produzir um outro espaço, no qual as regras e normas estejam sempre abertas e em construção. Contudo, como sugere Harvey (2014, p.18), o grande problema político consiste em saber como grupos tão desorganizados poderiam se auto-organizar de modo a constituir uma força revolucionária. Como explorar o caráter imprevisível, criativo e subversivo de alguns protestos e, ao mesmo tempo, garantir a permanência de ações sem que percam sua relevância e efetividade? A partir do exame das práticas espaciais engendradas pela Comissão de Moradores do

Morro da Providência (CMMP), pretendemos responder à questão feita pelo geógrafo britânico.

Por trás das intervenções urbanas propostas pelo programa Morar Carioca – idealizado durante o primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes (2009-2012) – estava a remoção de 832 casas no Morro da Providência, uma favela localizada no Centro do município do Rio de Janeiro. Diante da iminência de desalojamentos e reconfiguração do lugar, os moradores da Providência constroem uma mobilização articulada com outras instâncias e escalas de poder capaz de frear as obras e interromper as intervenções em curso. O processo de mobilização em redes constitui o objeto de estudo. O presente artigo busca analisar as resistências que se articulam em redes a partir da construção de tramas, isto é, uma espécie de tecelagem sócio-espacial, que vai conectando vários fios e criando enredos fundamentais para o êxito de iniciativas que contestam a deterioração das relações sociais no contexto de uma urbanização planetária. Na primeira parte, apresentamos a Comissão de Moradores do Morro da Providência, um grupo que se articulou para resistir às intervenções que ameaçavam a permanência das famílias da Providência e da Pedra Lisa. Na segunda parte, discutimos as mobilizações em rede a partir de uma revisão bibliográfica que sustentará a noção de “enredamentos de mobilizações” e que fundamenta a ideia de “tramas de resistência”, que é aprofundada na última parte deste artigo.

As resistências às remoções no Morro da Providência: a Comissão de Moradores e suas tramas

A discriminação e criminalização dos moradores das favelas pode ser verificada desde suas origens, sendo o Morro da Providência alvo de médicos higienistas, sanitaristas, engenheiros e jornalistas, que consideravam – através de charges e crônicas – “um lugar infestado de vagabundos e criminosos”, como sugere o Jornal do Brasil em 1900². De acordo com Guterres (2015), na

² Valladares, 2011, p.26.

terceira geração dos programas de governo, a remoção retorna à cena com o programa Morar Carioca. O programa “Morar Carioca – Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais” – obteve, no ano de 2011, recursos no valor de R\$530 milhões de reais, provenientes de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que somados aos R\$1,1 bilhão de reais provenientes da União e da prefeitura, totalizaram R\$1,6 bilhões de reais a serem investidos em obras de urbanização de favelas.

Os principais projetos para o morro da Providência, anunciados pelo programa³, foram 921 unidades habitacionais para atender mais de três mil moradores do morro e da zona portuária, revitalização da Praça Américo Brum, instalação de um Teleférico, a construção de um plano inclinado para facilitar a acessibilidade dos moradores, um centro esportivo, infraestrutura de rede de água e esgoto, equipamentos e serviços, contenção de encostas e reassentamento de famílias que residem em área de risco. Também havia uma proposta de transformar a favela em atrativo turístico, com a construção de um Centro histórico e cultural na área que abrange a Ladeira do Barroso, a Igreja Nossa Senhora da Penha, o antigo reservatório e a Capela do Cruzeiro⁴ - para o qual seria necessário remover todas as famílias que moravam no entorno da localidade. Para dar espaço aos projetos – e “beneficiar os moradores” – 832 casas foram marcadas com a sigla SMH (Secretaria municipal de habitação) para remoção, representando 1/3 da favela. Desse quantitativo, 140 casas foram demolidas em 2013, segundo relatório da Anistia Internacional⁵. O relatório também aponta que as famílias foram reassentadas em conjuntos habitacionais da zona oeste (Cosmos, Realengo e Campo Grande), em áreas dominadas por milícias. De acordo com a secretaria de habitação do município

³ Propaganda oficial do programa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tw1f0zESqdk>>. Acesso em: 13/04/2018.

⁴ Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1466234>>. Acesso: 13/04/2018.

⁵ Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/04/AmnestyInternational_AnnualReport2013_complete_br-pt.pdf>. Acesso em: 27/01/2020.

do Rio de Janeiro, até 2013, 196 famílias foram “reassentadas”⁶.

A partir do anúncio das remoções, das violações em série e da cooptação da Associação de Moradores do Morro da Providência pela Prefeitura, um grupo de moradores se mobiliza e cria a Comissão de Moradores do Morro da Providência, para enfrentar e resistir às intervenções em curso. Não é possível apresentar a CMMP olvidando a mobilização do Fórum Comunitário do Porto (FCP), organizada no ano de 2011, por moradores da zona portuária, no contexto das intervenções do projeto Porto Maravilha⁷. De acordo com o *website*⁸ do FCP, este “se constitui como um espaço público onde são vocalizadas denúncias de violações de direitos e articulados apoios institucionais necessários à ação política de defesa destes direitos”.

O Fórum teve um importante papel de integração ao estimular diálogos, articulações com outros sujeitos políticos e mobilizações em diversos âmbitos de enfrentamento da questão. O engajamento dos moradores adquire um destaque particular nessa dinâmica de resistência: a autoconstituição dos sujeitos e dos direitos a partir da luta, ou, a negação e superação da id-entidade sub/não-humana descartável-matável, imposta pelas hierarquias enredadas da espacialidade bio/necropolítica (TAVARES, 2020).

Segundo Giannella (2015), quando as obras chegaram ao Morro da Providência, os moradores passaram a frequentar as reuniões do Fórum, mais especificamente, na ocasião do fechamento da praça Américo Brum para a realização das obras do Teleférico. As instituições/organizações do FCP se reuniram com alguns moradores para pensar numa “articulação de moradores por área”, que fosse conduzida por eles próprios e independentemente da assistência direta do Fórum. A CMMP resulta da oposição à Associação de

⁶ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/anistia-internacional-destaca-remocoes-forçadas-para-obras-da-copa/>>. Acesso em: 27/01/2020.

⁷ O Fórum Comunitário do Porto foi um desdobramento do agrupamento iniciado a partir do Fórum Social Urbano (FSU) – um contraponto ao 5º Fórum Urbano Mundial, promovido pelo ONU-Habitat no ano de 2010. (Giannella, 2015, p.152).

⁸ Disponível em: <<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>>. Acesso: 06/03/2020.

moradores diante da falta de representatividade que esta proporciona ao aderir às intervenções na favela. De acordo com um dos integrantes da comissão:

A Comissão, ela se iniciou pela necessidade da situação. Na realidade, quando começou, começou um grupo de moradores que se sentiu ameaçado, a sua moradia, sua história, sua vida. E a mobilização não só trouxe essa visão pra gente, mas também, criou ferramentas para que a gente pudesse ir além da favela, pra buscar toda essa visibilidade, tentar colocar pra fora aquilo que só o morro via; ou seja, só a favela via a história da remoção; enquanto a gente não colocou isso pra fora... e aí começou a vir os estudantes; ou seja, a questão da remoção ela ia além do Brasil, ela conseguiu chegar na Finlândia, na França, na Rússia, na França, em tudo que é lugar; Mas não conseguia alcançar o Brasil, o Rio de Janeiro; as pessoas de fora achavam que o morar carioca era o melhor dos projetos; e aí, a gente começou a fazer reunião, se organizar, fazer eventos. (Disponível no documentário “Território Ocupado”, UERJ/FASE).

Como forma de vocalizar e reverberar os enfrentamentos em curso na Providência, o Fórum Comunitário do Porto e a Comissão de Moradores publicaram uma carta aberta⁹ e também um “contralaudo”¹⁰, – cujo valor documental é importantíssimo, não só pelo teor de denúncia que traz, mas pelo modo pelo qual as mobilizações interpretam os fenômenos e traduzem para a sociedade a fim de encontrar apoio e propor alternativas. Outro documento produzido no âmbito do FCP e da CMMP é o Relatório de violação de direitos e reivindicações¹¹. Produzido antes do contralaudo, em maio/2011, por um grupo de trabalho do Fórum Comunitário do Porto em colaboração com moradores da Providência e outros integrantes, contribui para verificarmos a constituição de “campos”, isto é, situações onde o direito e o ordenamento-jurídico são suspensos e conformam um estado de exceção.

Da “carta aberta” ao “contralaudo” e ao “relatório de violação de direitos e reivindicações”, podemos verificar a emergência de múltiplos enredamentos

⁹ Disponível em:

<<https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2012/09/12/carta-aberta-a-populacao-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso: 11 de março de 2020.

¹⁰ Recomendamos a leitura do contralaudo, que se encontra disponível em: <https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf>.

¹¹ Disponível em:

<<https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>>. Acesso: 15 de março de 2020.

que se apresentam como enredamentos de mobilizações de resistência. Evidenciados a partir da contribuição de Sánchez *et al* (2016) e Giannella (2015), que realizaram um mapeamento dos atores organizados em torno da resistência às intervenções na Providência, buscamos listar os sujeitos e grupos enredados em torno da luta pelo direito à moradia no Morro da Providência. Segundo Sánchez *et al* (2016), a identificação de experiências e imaginários insurgentes se torna parte constitutiva dos processos de transformação da cidade e podem sinalizar novos caminhos para uma construção mais democrática da cidade. Para Giannella (2015) há diversas formas de lutas pelo espaço e, portanto, há múltiplas relações de poder, diferenças de escalas no processo de luta, historicidades, singularidades e particularidades – que vem à tona quando a análise se debruça sobre as contradições. Todavia, a autora não pretende destacar a fragmentação-desagregação das lutas, antes, procura focalizar a dimensão central das lutas naquilo que as faz convergir: a luta pelo espaço. Em outras palavras, o que interessa é a comunhão de lutas em torno do direito à produção do espaço.

De caráter sócio-político, o Fórum Comunitário do Porto e a Comissão de Moradores da Providência tiveram um importante protagonismo ao construir redes de mobilização a partir do lugar. Numa dimensão político-jurídica, a Defensoria Pública com a atuação do NUTH (Núcleo de Terras e Habitação), auxiliada pelo relatório de violações de direitos e reivindicações e pelo contralaundero. Numa perspectiva científica, o Projeto de extensão do Departamento de Serviço Social da UERJ, Grupo Educação Popular, o engenheiro Maurício Campos e o arquiteto Marcos Asevedo, e o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ) por meio de um Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (Neplac). Além destes sujeitos e coletivos, segundo entrevista realizada em outubro de 2017 com o morador da Providência, Cosme Vinícius, as organizações FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), a Unesco, a Anistia Internacional e a Justiça Global também foram cruciais nestas lutas. Os canais de informação de mídia

independente e alternativa foram importantes meios de difusão de notícias e relatos de moradores, dos quais destacamos o “Rio *On Watch*”, um site de relato das favelas, cujo objetivo é trazer visibilidade às vozes de seus moradores, mobilizadores comunitários e observadores internacionais. As expressões de denúncia e contestação através da arte também figuraram dentre as ações de resistência, por meio das fotografias de Luiz Baltar e Maurício Hora, dos documentários “Casas Marcadas”, “SMH – Saia do Morro Hoje”, “Morro da Providência, história de vidas” e “Território Ocupado (FASE)”, além dos grafites do artista plástico português Alexandre Farto (Vhils).

Essas mobilizações de reivindicação, reflexão, informação e arte que constituem um enredamento são o que denominamos tramas de resistência: uma convergência que tem origem no Morro da Providência, mas se expande ao conectar universidades, instituições governamentais, organizações não-governamentais e o ciberespaço na construção de escalas de contestação.

Redes e mobilizações: espaços de convergência e contestação

A noção de enredamento, de acordo com o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008), evidencia a *integração de múltiplas hierarquias de dominação em rede*, isto é, um complexo “pacote” de estruturas de poder de classe, sexual, de gênero, espiritual, linguística, geográfico e racial que constituem o sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno na contemporaneidade. Para desafiar esta ordem, é preciso compreender tais redes e utilizar-se da mesma lógica, tal como afirma Harvey (2016, p.152) quando versa acerca da unificação dos movimentos anticapitalistas diante da produção capitalista do espaço: “não é irracional esperar que os movimentos de resistência e oposição sejam igualmente caóticos, voláteis e geograficamente específicos”. Ou, quando aponta que “toda alternativa radical, para ser bem-sucedida no momento em que se materializar, tem de seguir no tocante a isso o exemplo do capitalismo” (HARVEY, 2011, p.318). Deste modo, advogamos pela emergência de um *enredamento de mobilizações espaciais heterogêneas de luta e resistência que conformam tramas de resistência* na

metrópole contemporânea, isto é, tanto “redes de movimentos sociais”, quanto “movimentos sociais em rede”, “costurados” em prol da transformação do mundo, da emancipação individual e coletiva. O êxito de algumas ações na luta da Comissão de moradores na Providência se deu pela articulação em redes de mobilizações e pelas mobilizações em rede.

A característica mais importante das redes, segundo Haesbaert (2016), se situa no seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser, ora de sustentação, mais “interno” ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais “externo” ou desarticulador de territórios.

É fundamental para as mobilizações atuar nas mais diversas escalas e territórios, usufruindo de suas vantagens, o que só se torna possível quando há articulação em redes, isto é, quando as resistências encontram-se enredadas, pois o êxito de resistir está em “jogar” com a multi/transescalaridade na qual as hierarquias de dominação também “jogam”. Focalizando o enredamento de mobilizações que se constituiu a partir da luta pela permanência dos moradores na Providência, utilizaremos os apontamentos e as contribuições de Melucci (1989), Tarrow (2001), Scherer-Warren (2006), Castells (2013) e Cumbers, Routledge e Nativel (2008), para analisar o processo em questão.

Quando Melucci (1989) aborda as transformações das formas organizacionais dos movimentos sociais, preferindo falar de “redes de movimento” ou “áreas de movimentos”, chama atenção para a *partilha*, isto é, para o sistema de trocas que ocorre a partir da “rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana”. Desta rede, segundo o autor, participam pessoas, informações circulando, e agências “como rádios livres locais, livrarias, revistas que fornecem uma determinada unidade”. De acordo com o autor, as redes de movimentos possuem as seguintes características:

a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos grupos. (Melucci, 1989, p.61).

Das contribuições de Melucci (1989) sobre “redes de movimento”, as múltiplas formas de associação e as trocas (principalmente aquelas marcadas pela solidariedade e afeto) são cruciais para examinarmos o que ocorreu na luta da Comissão de Moradores da Providência, isto é, o enredamento de mobilizações que conectam atores de diversos campos de atuação em torno de uma luta comum. Neste sentido, a discussão do cientista político Sidney Tarrow (2001) acerca dos “movimentos sociais transnacionais” é fundamental para o debate da articulação de movimentos e ativismos em rede, principalmente ao sublinhar o caráter político contestatório que constitui o cimento das conexões. O autor define os movimentos sociais em termos de “ação coletiva de disputa” (*contentious collective action*) a fim de estabelecer uma conceitualização que não se baseie somente em “metas de mudanças sociais” (*social change goals*). Assim, Tarrow (2001) sustenta que os movimentos sociais devem ser identificados pelos tipos de ação de “políticas de disputas” (*contentious politics*) nas quais estão frequentemente engajados, sendo estas, episódicas e de cunho coletivo, seja pelo objeto da reivindicação, seja pelos sujeitos que reivindicam. O caráter transnacional dos movimentos é o que nos interessa no âmbito da organização em rede. O autor define “movimento social transnacional” como:

(...) *grupos socialmente mobilizados* com integrantes em pelo menos dois Estados, *envolvidos em sustentada interação contenciosa com detentores de poder* em pelo menos um Estado que não seja o seu, ou contra uma instituição internacional ou um ator econômico multinacional. (Tarrow, 2001, p.11). Grifo meu.

Para Tarrow (2001), essa definição seria estratégica ao apontar para o comportamento dos movimentos interagindo com outros grupos e instituições, o que exige um exame empírico das relações entre movimentos sociais e outras formas institucionais, tal como o rastreamento das transições potenciais entre essas formas. O autor chama atenção para os diversos mecanismos através dos quais os movimentos e ativismos locais podem se encontrar, ganhar legitimidade, formar identidades coletivas e retornar a seus países com alianças, direitos comuns e programas de novos repertórios de ação coletiva. Tarrow (2001) identifica, portanto, quatro mecanismos: I) Negociação (*brokerage*); II) Certificação (*certification*); III) Modelagem (*modeling*); e IV)

Apropriação institucional (*institutional appropriation*). O primeiro mecanismo consiste na ação de realizar conexões entre outras formas de atores locais não conectados, a fim de produzir uma “política de identidade temporária” que não existia antes. O segundo mecanismo, denominado de “certificação”, consiste no reconhecimento das identidades e da legitimidade de ações públicas de novos atores em determinadas atividades. Por “modelagem”, o autor compreende a ação de normas e formas de ação coletiva ou a organização em um local que foi apresentado a partir de outro. Por último, a “apropriação institucional”, que consiste no uso de recursos ou reputação de instituições para servir aos propósitos dos grupos associados. O que pretendemos ressaltar com os apontamentos de Tarrow (2001), no âmbito do debate das redes, é o nexo aglutinador das mobilizações, isto é, o amálgama entre os grupos socialmente mobilizados numa interação que está fundamentada no que autor apresenta como *contentious politics*: as ações coletivas são definidas pela contestação aos poderes dominantes e, portanto, as interações que constituem as redes guardam essa propriedade, isto é, são redes alicerçadas em disputas políticas contra-hegemônicas. É a partir dos quatro mecanismos que tais redes vão se “costurando” e adquirindo abrangência transnacional. Embora seja o fator de convergência dos movimentos, contudo, esses conflitos podem se transformar em limite à associação, pois, de acordo com Scherer-Warren (2006), a absorção de posturas ideológicas ou políticas conflitivas pode cindir a organização em rede, mesmo que esteja aberta à articulação da diversidade.

Considerando que a sociedade-civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade em prol de alguma ação política, a socióloga Ilse Scherer-Warren (2006) identifica três níveis: a) o associativismo local; b) as formas de articulação inter-organizacionais e c) as mobilizações na esfera pública. De acordo com a autora, na sociedade das redes,

(...) o associativismo localizado (ou os movimentos sociais de base locais) percebem a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar

visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil. (Scherer-Warren, 2006, p.113-114).

A socióloga observa que, enquanto conceito teórico, uma rede de movimento social vai se constituindo como resultado de um *processo articulatório*. Esta rede pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, que definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Para Scherer-Warren (2006), *rede de movimento social* é um conceito de referência cujo propósito é apreender o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. Compreendemos que a abordagem da autora não se propõe a-espacial/a-temporal ou des-territorializadora dos movimentos, mas, na mesma direção que Tarrow (2001), busca iluminar as articulações para além dos limites físicos, cronológicos e dos constrangimentos sociais que impossibilitariam associações.

No que diz respeito às identidades (de gênero, étnica, de classe, regional), as redes possibilitam a aproximação de atores sociais diversificados, favorecendo o diálogo da diversidade de interesses e valores, que vem permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (Scherer-Warren, 2006). Além disso, as articulações em rede proporcionam o debate de temas transversais, relacionados às várias dimensões dos direitos humanos, como a autora demonstra a partir do Fórum Social Mundial (FSM). No que diz respeito às relações de poder, a socióloga discute que, embora haja distribuição do poder e certa democratização deste, isto não se efetua de modo homogêneo, pois, há elos mais fortes que detêm maior poder de influência e direcionamento nas ações do que outros elos de conexão da rede.

Outro apontamento que Scherer-Warren (2006) introduz ao debate e é de interesse nesta discussão, é aquele que versa acerca da “participação em diversos espaços” como “novas formas de governança na organização em rede”. De acordo com a socióloga, deve haver uma interação entre mobilizações de base local na esfera pública, empoderamento de fóruns e redes da sociedade civil, participação nos conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado, como também, representação ativa em conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade civil organizada. Percebemos, portanto, que, numa perspectiva conceitual, as redes de movimento social focalizam os processos articulatórios engendrados a partir de problemáticas comuns a uma variedade de atores, pressupondo uma pluralidade de identidades, bandeiras, espacialidades e temporalidades enredadas como estratégia de visibilidade e força em diversos campos de atuação.

Buscando analisar a formação, a dinâmica, os valores e as perspectivas presentes nos movimentos sociais conectados em rede – como os que emergiram na Tunísia e na Islândia – Castells (2013) oferece um substrato conceitual para compreensão da relação entre indignação, ciberespaço e a conexão de indivíduos em movimentos sociais da sociedade em rede. É a contradição e o conflito que suscita o *contrapoder*, compreendido como “a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses” (Castells, p.7, 2013). Numa sociedade em rede, quem detém o poder são os *programadores* e os *comutadores*, isto é, aqueles que possuem a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas e aqueles que operam as conexões entre diferentes redes, respectivamente. Para Castells (2013), o exercício do *contrapoder* consiste na tentativa de alterar as relações de poder e, se desempenha, “reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo em que se alteram as redes de resistência e mudança social” (Castells, p.11, 2013).

Os movimentos sociais cumprem o papel de exercer o contrapoder, segundo Castells (2013), “construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de *comunicação autônoma*, livre do controle dos que detêm o poder institucional” – processo que é basicamente constituído nas redes de internet e plataformas de comunicação sem fio, conclui o autor. Todavia, é preciso também construir comunidades livres no espaço urbano, no espaço público. Desta conjugação, o sociólogo sustenta que nasce o “espaço de comunicação autônoma”, o espaço em rede situado entre os espaços digital e urbano. Neste sentido, o autor ressalta para a importância do papel desempenhado pelos “*espaços ocupados*”, tanto na história da mudança social, quanto na prática contemporânea:

(1) Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. A proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo. E superar o medo é o limiar fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para se envolver num movimento social, já que estão bem conscientes de que, em última instância, terão de confrontar a violência caso transgridam as fronteiras estabelecidas pelas elites dominantes para preservar sua dominação. Na história dos movimentos sociais, as barricadas erigidas nas ruas tiveram pouco valor defensivo; na verdade, tornaram-se alvos fáceis, fosse para a artilharia, fosse para as brigadas antidistúrbios, dependendo do contexto. Mas sempre definiram um “dentro e fora”, um “nós versus eles”, de modo que, ao se juntar a uma área ocupada e ao desafiar as normas burocráticas sobre o uso do espaço, outros cidadãos podem participar do movimento sem aderir a nenhuma ideologia ou organização, apenas estando lá por suas próprias razões. (2) Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados de poder simbólico de invadir áreas do poder do Estado ou de instituições financeiras. Ou então, reportando-se à história, evocam memórias de levantes populares que expressaram a vontade dos cidadãos quando forem fechadas outras vias de representação. Frequentemente, prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. (...) O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas. (3) Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se tornam um espaço político, para que assembleias, soberanas se realizam e recuperem seus direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes. *Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades*

instantâneas de prática transformadora. (Castells, 2013, p.12-13).
Grifo meu.

Afirmando que a autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet é o novo contexto em que os movimentos sociais se constituem, numa sociedade em rede, Castells (2013) aponta uma série de características, a saber: a) os movimentos sociais são conectados em redes de múltiplas formas; b) eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano; c) os movimentos são simultaneamente locais e globais; d) são espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação; e) os movimentos são virais; f) a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia; g) a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal; h) são movimentos profundamente autoreflexivos; i) são raramente programáticos; j) são movimentos voltados para a mudança dos valores da sociedade.

Sem dúvida, a análise de Castells (2013) traz muitas contribuições para compreender o que denominamos “tramas de resistência”, considerando a experiência da Comissão de Moradores do morro da Providência: das múltiplas formas e escalas de enredamento (on-line/off-line, local/global) à espontaneidade e ausência de um programa; da presença em “espaços de lugares ocupados” até às assembleias de deliberação e tomada de decisão fundada no companheirismo – sem a exigência de uma liderança – e na construção de laços de solidariedade com grupos voltados à transformação da sociedade, podemos apreender muitos fatores que sinalizam para uma mobilização de resistência cujas conquistas podem ser atribuídas à organização reticular.

Contudo, é preciso “espacializar” a análise dessas redes, uma vez que numa dimensão epistemológica e discursiva, o debate sobre redes de movimentos sociais deixa de apreender especificidades históricas, sociais e espaciais que demonstram, não só a particularidade em que as redes se

constituem, como também as relações de poder desiguais no interior delas. É o que o debate de Andrew Cumbers et al., (2008) pretende contemplar. Os autores observam, desde uma perspectiva geográfica, que os movimentos anti-globalização são importantes por representarem tentativas de conectar lutas territorializadas numa ampla rede global de suporte, ação e debate. Tais movimentos são conceituados como *Global Justice Networks* (redes de justiça global - RJG) e, questões sobre espaço e lugar são fundamentais para compreender a atuação dessas redes e seu potencial para contribuir a uma política global alternativa.

Os autores enfatizam a utilidade analítica do conceito de rede para mapear e categorizar diferentes formas de relações sociais e conexões que emergem no espaço. A análise espacial suscita questões sobre poder e controle de informações no interior dessas redes, uma vez que, embora os imaginários sobre as redes preguem o livre fluxo de informações em todas as direções e entre todos os atores, a realidade é atravessada e constituída por diferentes hierarquias de poder que modelam o funcionamento das redes. Os autores chegam a afirmar que “o discurso sobre redes, como aplicado às redes de justiça global e às relações globais em geral, tende a uma visão da globalização bastante elitista e ocidentalizada” (Cumbers et al, 2008). Neste sentido, afirmam que a ideia de que “grupos não dominantes ou indivíduos” controlam a tomada de decisão no âmbito das redes está bem distante da realidade – o que contraria o que postulou Castells (2013). Os autores apontam que as tomadas de decisão em rede muitas vezes se resumem a uma pequena elite de indivíduos que decidem o que acontece, quando e onde acontece. As relações desiguais de poder constituem as redes e daí se coloca a necessidade de teorizar o contexto espacial e histórico de surgimento e formação dessas redes, principalmente pelo aspecto dos movimentos que fazem parte delas – frequentemente “enraizados” espacialmente e temporalmente.

Deste modo, os autores consideram as redes de justiça global como “espaços de convergência” (*convergence spaces*) para atores, movimentos e lutas em momentos particulares no tempo, proporcionando uma participação

que permite aos ativistas incorporados em lutas historicamente enraizadas, “expandir seus horizontes espaciais”. E, embora as interações em rede possam redefinir a constituição dos movimentos, Cumbers et al., (2008) afirmam que os movimentos permanecem territorializados através de suas lutas cotidianas, conferindo centralidade ao sentido de lugar. Destarte, os autores levantam sete características para pensar as redes de justiça global como “coalizações sociais espacialmente dispersas de atores enraizados territorialmente”¹². Procederemos na breve exposição dessas sete características-chave a fim de contribuir ao arcabouço teórico-conceitual construído para analisar os acontecimentos no Morro da Providência, sobre os quais nos debruçamos até então.

Tabela 1. As 7 características-chave dos “Espaços de convergência”

| “ESPAÇOS DE CONVERGÊNCIA” |
|--|
| 1. São baseados em lugar, mas não necessariamente, delimitados por lugares. |
| 2. Articulam certas visões coletivas que geram uma base comum para políticas de solidariedade mútua. |
| 3. São conquistas relacionais que envolvem a prática de políticas relacionais de solidariedade. |
| 4. Facilitam ações políticas espacialmente extensivas por movimentos participantes. |
| 5. Possuem uma organização de base. |
| 6 - são caracterizados por uma diversidade de lógicas de operação, desdobrando-se de lógicas de operação mais horizontal |

¹² (...) we can think of GJNs as spatially dispersed social coalitions of territorially rooted actors. (Cumbers et al., 2008, p.192).

(descentralizada, não-hierárquica) para mais vertical (hierárquica, centralizada).

7- espaços de convergência são locais de contestação social e relações de poder, porque a diversidade dos grupos que os compreendem articulam uma variedade de objetivos potencialmente conflituosos e estratégias.

Fonte: AUTOR (org.) a partir de Cumbers et al., (2008).

Com o primeiro aspecto, os autores pretendem demonstrar que muitos dos atores e movimentos que constituem as RJG derivam seus principais esforços a partir da atuação nas escalas local e nacional, ao invés da escala global – são sua própria localidade, o senso de comunidade ou mesmo, uma “consciência étnica coletiva” que permanece a fonte mais importante das identidades individuais e coletivas. Deste modo, a vida cotidiana e até os vínculos familiares e com a comunidade permanecem embutidos em movimentos e seus lugares particulares. Todavia, isso não significa que tais espaços de convergência – baseados no lugar – não são delimitados ou fechados neles: o espaço é concebido numa perspectiva relacional e aberta, como aquela proposta por Doreen Massey (2012). O segundo aspecto refere-se a um modo participativo de práticas políticas efetivas, articulando a habilidade de movimentos heterogêneos em sua capacidade de trabalhar em conjunto sem responder a nenhuma organização ou ideologia dominante, aproximando-se do que Harvey (2011) discute quando observa a relação entre particularismos/universalismo: a busca de uma plataforma comum de ação coletiva é construída num espaço onde a diferença entre os participantes é reconhecida. O terceiro aspecto, que versa acerca das políticas de solidariedade, revela que esta se apresenta virtualmente – através da internet – e materialmente, como em fóruns, onde conexões são estabelecidas em momentos de articulação “cara a cara” no lugar: essa solidariedade mútua de redes de movimentos baseados no lugar possibilita conexões que se estendem para além do lugar e do particular. Assim, os espaços de convergências podem ser vistos como ativos na formação de identidades políticas. Considerar o

potencial das RJG no desenvolvimento de políticas sustentáveis de solidariedade mútua envolve também a compreensão de o “global” é acionado em lutas que se desdobram localmente (CUMBERS et al., 2008). Mais uma vez, a partir dos debates empreendidos por Doreen Massey, os autores convidam-nos a levar em conta o amplo impacto político de ações e intervenções locais, implicando: i) em como diferentes lugares tem diferentes capacidades de resistência ao neoliberalismo e, ii) como um amplo imaginário espacial (ou uma “ampla consciência global) é introduzida em atividades baseadas no lugar ou em lutas territoriais. As políticas de solidariedade mútua, portanto, requerem a manutenção de uma base-local política eficaz e dependem das maneiras em que uma “consciência global” é promovida entre as bases dos movimentos, à medida em que imaginários espaciais amplos são incorporados nas ações cotidianas. O quarto aspecto focaliza a facilitação de ações políticas espacialmente extensivas: movimentos de base local participam cada vez mais na construção de redes não-locais com outros movimentos. Contudo, tais ações se desdobram no âmbito de geometrias do poder (Massey apud Cumbers et al., 2008) que distingue conexões entre lugares sob a globalização econômica. A quinta característica-chave versa acerca das organizações de base, que constituem momentos “corporificados e articulados de relações sociais nos espaços de convergência” (Cumbers et al., p.196, 2008). De acordo com os autores, essas organizações organizam conferências, mobilizam recursos e facilitam os fluxos de informação e comunicação entre movimentos e escritórios/agências de movimentos. O sexto aspecto focaliza as lógicas de operação, tipificadas em lógicas de operação horizontal e lógica de operação vertical. Por último, o sétimo aspecto revela o que Tarrow (2001) apresentou enquanto *contentious politics*, isto é, os espaços de convergência como lócus da contestação social e relações de poder, articulando uma variedade de objetivos potencialmente conflitivos e estratégicos.

Em suma, os autores concebem as redes de justiça global operando simultaneamente nas lógicas vertical e horizontal, atribuindo o êxito de suas ações à capacidade de fomentar e sustentar, em curto prazo, o envolvimento de movimentos territoriais de base em suas lutas mais amplas. O lugar tem

uma importância fundamental na formação das identidades coletivas dos movimentos que se articulam em redes, principalmente na forma em que tais redes são imaginadas, construídas e reproduzidas em contextos mais locais.

Para não concluir: As tramas de resistência

Assim, retornando à proposição de Brenner (2013) – de conectar as lutas ao longo dos mais variados cenários de urbanização dispersa, as múltiplas associações que Melucci (1989) observa como fato novo na organização das redes de movimentos sociais já sinalizavam a conexão de ações coletivas e políticas de disputas que Tarrow (2001) preconiza pela contestação aos poderes dominantes. Os quatro mecanismos que este autor apresenta são cruciais para compreendermos o movimento de “costura” das tramas, ou, como denomina Scherer-Warren (2006), o processo articulatório do qual resulta uma rede de movimento social. A partir desses debates, podemos compreender como as redes de movimento se formam e atuam, isto é, como as lutas podem se conectar, mesmo em distintos contextos do processo de metropolização. Em Castells (2013), observamos a constituição de movimentos sociais em rede, isto é, na articulação de contrapoderes pelo processo de comunicação autônoma proporcionado pela internet e redes sem fio. Contudo, é preciso considerar os contextos espaciais e históricos nos quais as redes de movimentos sociais e os movimentos sociais em rede emergem, como discutido em Cumbers et al., (2008), para desviar de armadilhas discursivas que, no processo de abstração, acabam generalizando os fenômenos e se descolando da realidade, obscurecendo processos espaciais relevantes para a compreensão dos enredamentos mencionados.

Propomos a noção de “tramas de resistência” como categoria de análise e da ação – no sentido de intervenção/interpretação política no âmbito do lugar – para evidenciar a necessária articulação multi e transescalar em rede de atores e práticas espaciais de resistência-contestação-emancipação, isto é, no intuito de iluminar os “enredamentos autônomos” e as possibilidades de ação rebelde

de mobilizações em múltiplas escalas espaço-temporais. Os enredamentos de hierarquias de opressão e dominação constroem suas múltiplas escalas de operação a fim de estruturar territórios e proceder no controle do espaço. Todavia, “redes de justiça global” (Cumbers et al., 2008) também se valem de uma política de escalas para operacionalizar suas ações e derrubar fronteiras impostas, expandindo as possibilidades de se engajar socialmente em mobilizações contestatórias, numa “densa trama de acontecimentos de liberdade” (Hardt e Negri, 2016).

A dimensão da ação é fundamental para qualificar essas tramas, pois, à medida que os sujeitos retomam em suas mãos seu destino social (apropriação) e superam a condição de complacência e passividade ligadas ao cotidiano programado e ao espaço instrumental – tornam-se sujeitos de sua própria geohistória no presente e no futuro –, ou seja, se autoconstituem como portadores de uma ação de rebeldia/rebelião *que confronta* o estado de coisas na metrópole contemporânea, *enquanto projeta e inscreve* alternativas e possibilidades outras de existir na cidade. Existir sem ter a humanidade questionada; existir reformulando constantemente as regras, ou seja, produzindo o direito à medida que se produz o espaço, afinal, nas palavras de Smith (2000), “a libertação política exige o acesso ao espaço”. Por isso, talvez seja melhor falar em “tramas de r-existência”, no sentido que propôs o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), para conferir relevo à dimensão das lutas por existência – “é a partir dessa existência que se R-Existe”.

Verificamos na articulação entre a Comissão de Moradores do Morro da Providência e outros grupos, uma rede de co-atividade na qual, em diferentes âmbitos, a participação coletiva resultou em ganhos sociais, políticos, jurídicos e pedagógicos. Com isso, reiteramos a necessidade de servir-se de todos os meios – da ciência, da técnica, da arte – como propôs Henri Lefebvre (2008), para acionar o direito à cidade, solucionar os problemas urbanos e condicionar, assim, um humanismo e democracia renovados.

Sem dúvida, a experiência do Morro da Providência, em seu sucesso e fracassos, é fundamental para construção de um movimento unificado em

diferentes esferas e escalas de ação – em curto, médio e longo prazo – capaz de revolucionar o cotidiano, a cidade e o urbano, enfim, as relações sociais como um todo, uma vez que mobiliza não apenas atores, mas, também, técnicas e saberes que funcionam como estratégias e alternativas, criativas e inovadoras. Esse é o movimento que anima e fomenta o processo de lutas pelo direito à cidade, lançando mão da liberdade, da improvisação, da experimentação e da espontaneidade como ferramentas que, nas palavras de Milton Santos (2008), permitem vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força.

Referências bibliográficas

BRENNER, N. Tesis sobre la urbanización planetaria. **Revista Nueva Sociedad**, n.243, jan-fev, p.38-66, 2013.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CUMBERS, A. et al. The entangled geographies of global justice networks. **Progress in Human Geography**, 32(2), pp.183-201, 2008.

FASE. **Cartografia social urbana: transformações e resistências na zona portuária do Rio de Janeiro**. 2014. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Fase_Web.pdf>. Acesso: 13/04/2018.

FERREIRA, A. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2011.

_____. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, A., RUA, J., MARAFON, G.J., SILVA, A.C.P. (orgs.). Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 53-74.

GIANELLA, L. de C. A luta pelo espaço no contexto do Projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais**, Recife, v.17, n.3, pp.150-171, 2015.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 80, pp.115-147, 2008.

GUTERRES, A; BARROS, R. Mobilizando-se: entrevista com integrante da Comissão de Moradores do Morro da Providência. In: **Caderno de debates 5 – Zona Portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos**. 1ª edição, FASE, Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2016.

HARDT, M; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Espaços de esperança**. 4ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2011.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

JUSTIÇA GLOBAL. **Guia para jornalistas e comunicadores: violações de direitos na cidade olímpica**. 2016. Disponível em: <

<http://www.global.org.br/blog/guia-violacoes-de-direitos-na-cidade-olimpica-versoes-em-portugues-english-espanol/>>. Acesso: 13/04/2018.

LENCIONI, S. **Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano**. [ONLINE] Vol. XIV, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>.

_____. Da cidade e sua região à cidade-região. In: **Panorama da Geografia Brasileira I**. SILVA, José Bozacchiolo da et al (org.). São Paulo: Annablume, 2006b. p.65-75.

_____. Metropolização do espaço e a constituição de megaregiões. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina. (Org). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª edição, São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**, n.17, São Paulo, junho de 1989.

OLIVEIRA, D. A. Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In: CRUZ, Walter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16, 4 fev. 2010.

SÁNCHEZ, F. et al.2016. Cronologia crítica da cidade em disputa: o caso do morro da Providência no porto do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, F. et al. **Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Letra capital, 2016.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, 2006.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus editora, 2000.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TARROW, S. Transnational politics: Contention and Institutions in International Politics. **Annual Review of Political Science**, v.4, 2001.

TAVARES, F. R. The space biopolitics of the political being denial: spatially constructed strangeness and spatially forged dehumanization in the Morro da Providência-RJ. **Geopauta**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. e7972, 2021.

VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. 4ª reimpressão, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.